

A CRIANÇA NA SOCIEDADE EUROPEIA (SÉC. XVIII) E BRASILEIRA (SÉC. XIX)

Fabiele Silva Dias¹

Sandra Elaine Aires de Abreu²

Resumo: Durante muitos séculos, as crianças estiveram inseridas no mundo dos adultos, compartilhando dos mesmos modos de vestir, das atividades de lazer e da responsabilidade do sustento do lar. Todavia, a partir do século XVIII, na Europa, inicia-se um movimento que possibilitou olhar para esses sujeitos de uma nova maneira, resultando na consolidação da criança e da infância, sendo esta uma fase específica da vida humana. Essas novas concepções europeias espalharam-se por outras partes do mundo, incluindo o Brasil. Nesses termos, a presente investigação tem por objetivo geral analisar a criança na Europa do século XVIII e na sociedade brasileira do século XIX, destacando aspectos ligados ao modo de vestir, a cultura dos jogos, brinquedos e brincadeiras e aos cuidados investidos na vida das crianças recém nascidas. Para esse fim, através da abordagem qualitativa, a metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, considerando os seguintes autores: Ariès (1981), Donzelot (1977), Kishimoto (1993) e Valdez (2003). A partir dessa análise foi possível conhecer como a infância era concebida nas culturas europeia do século XVIII e brasileira do século XIX, quais foram os fatores que influenciaram no modo de vestir, de brincar e nos cuidados destinados aos recém nascidos e suas mães, destacando proximidades e distanciamentos entre elas.

Palavras-chave: Criança. Sociedade Europeia. Sociedade Brasileira.

Introdução

Tal análise parte do livro 'História Social da Criança e da Família' por Ariès (1981), no qual retrata a criança europeia no século XVIII, abordando desde as vestimentas das crianças, aos seus jogos, brincadeiras e cuidados básicos. Nessa discussão foram agregados outros autores que possuem temas que se relacionam ao de Ariès, com enfoque na criança da sociedade europeia século XVIII e brasileira século XIX, estes são: Donzelot (1977), Kishimoto (1993) e Valdez (2003).

O foco de Áries (1981) é a criança europeia branca e rica do século XVIII. Essa abordagem evidencia os indivíduos do gênero masculino, tendo em vista a sociedade europeia predominantemente centrada na figura do homem como líder e sujeito de direitos, desde o período da "adultização" até a evolução dos trajes.

Donzelot (1977), por sua vez, destaca os cuidados com as crianças, a criação europeia. Diferente de Áries (1981), ele não retrata apenas as crianças burguesas, inserindo em sua pesquisa os meninos e meninas das camadas populares. Essa

¹Fabiele. Acadêmica do 7º período do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA). 2021. fabielediass@gmail.com

²Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA) e da Universidade Estadual de Goiás (UEG). sandraeaa@yahoo.com.br

produção delineia mais as lutas médicas contra os maus cuidados que tinham com as crianças e os costumes que não beneficiavam o seu desenvolvimento saudável.

Com relação ao contexto brasileiro, a criança é tratada a partir da perspectiva de Kishimoto (1993) e Valdez (2003). Ambas as autoras desenvolveram pesquisas com assuntos parecidos, que contribuem para a construção de saberes acerca da infância no âmbito do território brasileiro durante o século XIX.

Valdez (2003), assim como Áries (1981), descreve a criança brasileira nos aspectos de suas vestimentas, jogos, brinquedos e dos cuidados destinados à infância. Já Kishimoto (1993) narra em sua obra a cultura dos jogos e brinquedos adquirida no fim do período colonial, referindo-se a cultura herdada dos povos europeus, africanos e indígenas e o quão enriquecedor foi essa mistura para a cultura brasileira dos jogos e brinquedos.

Nesses termos, estabeleceu-se como objetivo geral da referida investigação analisar a criança europeia do século XVIII e a criança brasileira do século XIX. Essa delimitação temporal justifica-se pelo fato dos autores e obras escolhidas, no qual Ariès (1981) relata em maior intensidade o século XVIII, enquanto Valdez (2003) o século XIX. Vale destacar que a abordagem usada foi à qualitativa, tendo como meio de investigação a pesquisa bibliográfica.

1. Os trajés das crianças na sociedade europeia (séc. XVIII) e brasileira (séc. XIX)

Na Europa, por volta do século XVII, não havia distinção nas roupas de crianças e adultos. Entretanto, durante a fase denominada inocência, que vai do nascimento até o primeiro ano de vida, as crianças eram vestidas com cueiros³. Quando saiam desse período, elas recebiam roupas iguais aos homens e as mulheres de sua mesma condição social (ARIÈS, 1981).

No fim do século XVII e início do século XVIII, alguns meninos já não se vestiam mais como adultos após a saída dos cueiros, passaram a vestir uma espécie de vestido, que mais se parecia com uma camisola, isso ocorre, pois até os sete anos de idade não havia uma diferenciação das vestimentas em relação ao sexo da criança. Assim, percebe-se que houve uma diferenciação mínima das roupas desses indivíduos com os homens de sua classe social, pois, por volta dos sete/dez anos de idade, eram novamente inseridos no mundo e nas vestes dos adultos. As meninas, no

³Pano que serve para envolver as nádegas e pernas das crianças recém-nascidas.

entanto, assim que saiam dos cueiros, já se vestiam como mulheres, ou seja, não existia uma preocupação em diferenciar as meninas das mulheres, esse fato está associado ao ingresso, tardio das meninas nas instituições educacionais e em diversos aspectos sociais (ARIÈS, 1981).

Ao fim do século XVIII surge na Europa uma vestimenta mais específica para os homens adultos: “as calças compridas”, que já eram utilizadas pelos homens do mar (marinheiros e pelos habitantes do litoral). Em conformidade ao período de guerra e da necessidade de uniformizar os militares, as calças compridas se tornaram parte dos uniformes da marinha e da guerra (ARIÈS, 1981).

Em decorrência desse fato, rapidamente as vestimentas dos meninos burgueses começam a ser inspiradas nas roupas dos militares, instituindo assim à imagem do pequeno marinheiro (ARIÈS, 1981). Contudo, apesar dessas mudanças no modo de vestir dos meninos, as meninas ainda permaneciam com o vestuário ligado ao mundo adulto, como apresenta Ariès (1981, p. 81)

[...] Já observamos que essa mudança afetou sobretudo os meninos. O sentimento da infância beneficiou primeiro os meninos, enquanto as meninas persistiram mais tempo no modo de vida tradicional que as confundia com os adultos: seremos levados a observar mais de uma vez esse atraso das mulheres em adotar as formas visíveis da civilização moderna, essencialmente masculina.

A evolução percebida no modo de vestir as crianças até o século XVIII não ocorreu de maneira democrática, deixando de fora as meninas e as crianças de famílias menos afortunadas. Estas últimas, no fim do século XVIII na Europa, continuaram a utilizar os trajes dos adultos, sem diferenciação (ARIÈS, 1981).

No século XIX, período que marca as últimas décadas do período colonial, as famílias burguesas brasileiras, influenciadas pela moda trazida pelos colonizadores europeus, vestiam seus filhos e filhas como adultos em miniaturas, cobrindo todo o corpo das crianças. Essa atitude era condenada pelos médicos da época (VALDEZ, 2003). De acordo com Donzelot (1977), outra prática que os profissionais da saúde advertiam neste período histórico era as práticas de enfaixar os bebês ou do uso de coletes e roupas em excesso. Essa problemática era pauta das lutas médicas, que se referia ao fato de que as crianças deviam ter seus movimentos livres para crescerem e se desenvolverem melhor, além do fato do país ser tropical e não se assemelhar ao clima frio da Europa, ou seja, o excesso de roupas, faixas e coletes eram desnecessários.

Vale ressaltar também que, ainda no referido século, acompanhando a tendência europeia, surge no Brasil à moda de vestir os meninos com trajés semelhantes aos militares ou marinheiros (VALDEZ, 2003).

Outrossim, assim como na Europa, a evolução no modo de vestir as crianças no Brasil foi desigual e privilegiou mais os meninos da classe burguesa. Com relação aos mais desfavorecidos, as crianças usavam roupas que já haviam pertencido aos seus pais, irmãos e parentes, que já chegavam aos seus corpos, bastante velhas (VALDEZ, 2003). Os filhos dos escravos possuíam um modo de vestir distinto dos demais, como é apontado a seguir

Quanto às vestimentas dos filhos dos escravos em nada se assemelhavam às fitas, chapéus e botinhas dos meninos e meninas livres. Os poucos panos, que cobriam seus corpos, eram improvisados e, geralmente, seguiam um modelo de calças e blusas simples, justificando a posição social que ocupavam (VALDEZ, 2003, p.56).

Em análise, pode-se inferir que o processo de distinção entre o modo de vestir as crianças dos adultos foi iniciado por volta do século XVIII na Europa e do século XIX no Brasil. Essa construção foi realizada de maneira desigual, lenta e progressiva, pois só foram contemplados inicialmente os meninos burgueses, foi um longo processo até a consolidação das roupas específicas para as crianças, que valorizassem seu desenvolvimento. Além disso, o modo de vestir também era um identificador da classe social que a criança era pertencente, pois haviam distanciamentos enormes entre os trajés dos filhos dos burgueses e dos filhos dos escravos.

No Brasil, a influência dos colonizadores era seguida em vários aspectos culturais e sociais, dentre elas o modo de vestir as crianças elitizadas. Contudo, necessitou-se romper com esse costume, pois as roupas europeias eram destinadas à temperaturas baixas, não sendo válidas no contexto da colônia portuguesa. Essa justificativa estava fundamentada na opinião dos profissionais de saúde da época.

2. Os brinquedos e brincadeiras das crianças na sociedade europeia (séc. XVIII) e brasileira (séc. XIX)

A concepção de infância era limitada, tanto na Europa (séc. XVIII) quanto no Brasil (séc. XIX), o que proporcionava uma infância muito curta, pois a maioria já trabalhava desde cedo. Nesse contexto, como e quais eram as brincadeiras e os brinquedos desse período histórico?

Em conformidade ao pressuposto acima, Áries (1981, p. 81) considera que; “[...] no início do século XVII não existia uma separação tão rigorosa como hoje entre às brincadeiras e os jogos reservados às crianças e as brincadeiras e os jogos adultos. Os mesmos jogos eram comuns a ambos”. Muitas brincadeiras eram inspiradas nos adultos, na vontade de imitá-los, um exemplo é o cavalo de pau, tendo em vista que o animal era o principal meio de transporte da época.

No entanto, existiam também brincadeiras que não eram espelhadas nos adultos, como brincar com os pássaros. Esse brinquedo era considerado o mais comum da época seja ele um animal de verdade ou apenas uma representação em madeira. À semelhança de outras, essa brincadeira tinha caráter comunitário e raízes na cultura cristã, sendo desvinculada com o passar do tempo, como coloca Ariès (1981).

Com o tempo, a brincadeira [com/de pássaros] se libertou de seu simbolismo religioso e perdeu seu caráter comunitário, tornando-se ao mesmo tempo profana e individual. Nesse processo, ela foi cada vez mais reservada às crianças, cujo repertório de brincadeiras surge então como o repositório de manifestações coletivas abandonadas pela sociedade dos adultos e dessacralizadas. (ARIÈS, 1981, p.89).

Ademais, devido às crianças estarem imergidas no espaço de jogos e brincadeiras do mundo adulto, acontecia também uma exposição precoce a exaltação da sexualidade e ao linguajar grosseiro. Contudo, na passagem do século XVII para o século XVIII, ocorreu uma grande mudança nesse fato, pois, com o início dos movimentos moralistas e da produção de literatura moral e pedagógica, que tratavam também da ideologia religiosa, a infância passou a ser protegida e pensada de maneira mais especializada (ÁRIES, 1981).

No Brasil, durante o século XIX, as brincadeiras e jogos tiveram variadas influências, diferenciando-se do ocorrido na Europa. As brincadeiras e brinquedos brasileiros tiveram por influências a cultura europeia, africana e indígena (KISHIMOTO, 1993).

Nesse aspecto, a influência portuguesa é verificada em versos, adivinhas e parlendas, assim como nas histórias de assombrações, fadas e príncipes, além de diversos jogos que foram trazidos com eles no período da colonização como: amarelinha, pião, bolinha de gude entre outros. (KISHIMOTO, 1993).

A influência negra nos brinquedos e brincadeiras brasileiros é dificilmente percebido, pois, devido ao apagamento dessas manifestações culturais no processo

de escravização movido pelos europeus, os africanos escravizados foram obrigados a abrir mão de suas raízes e abraçar a cultura do colonizador. Apesar disso, pode-se notar que a cultura negra se faz presente na literatura oral ligados aos jogos e brincadeiras, sendo essa uma característica da cultura africana porque “[...] a mãe-preta jamais deixava de transmitir às crianças as estórias de sua terra, os contos, as lendas, os mitos, os deuses e animais encantados. [...]” (KISHIMOTO, 1993, p.29).

Já a influência indígena trouxe uma enorme contribuição para a diversidade cultural brasileira. Suas brincadeiras, jogos e brinquedos estavam sempre associados à natureza e aos animais. Esses animais se encontravam na vida indígena com muita força, de modo que eles sempre apareciam em suas danças rituais e lendas.

Nas tribos, as mães dos curumins também se destacavam, pois “[...] entre algumas tribos, as mães faziam para seus filhos brinquedos de barro cozido, representando figuras de animais e de gente, estas ‘predominantes do sexo feminino’ [...]” (KISHIMOTO, 1993, p.60, grifos do autor).

Como resultado das influências presentes em território brasileiro, muitas brincadeiras se relacionavam a elementos da natureza (água, fauna, flora) e da imaginação, isso ocorria tanto nas fazendas quanto nas cidades (VALDEZ, 2003).

De acordo com Valdez (2003), não era comum no século XIX que as crianças das camadas populares tivessem brinquedos fabricados porque estes pertenciam às crianças afortunadas e mesmo assim eram poucos, tendo em vista a desvalorização da infância.

Ainda no século XIX, os jogos eram divididos de acordo com o sexo das crianças. Os jogos dos meninos geralmente eram praticados na rua, como a “biloca⁴”, a “finca⁵”, o “pião” entre outros. Já as meninas brincavam de “roda cantada”, as quais faziam alusão ao casamento. Elas também brincavam de amarelinha e boneca (VALDEZ, 2003).

⁴Bolinha de gude.

⁵Brincadeira de dois jogadores, na qual é preciso ter uma chave de fenda ou outro objeto com ponta. Os participantes desenham dois triângulos no chão (de preferência de barro ou areia da praia molhada), um de cada lado. Depois, eles têm que tentar fincar a chave de fenda no chão, na direção do triângulo do adversário. Em seguida, os jogadores ligam cada ponto em que conseguiram fincar a chave ao outro, formando uma linha. Essa linha tem de se fechar no lugar onde o jogador começou. Além disso, as chaves não podem ser fincadas em cima da linha do adversário e as linhas não podem se tocar. Ganha quem conseguir fazer isso primeiro.

Em desfecho ao analisado, na Europa no sec. XVII não havia uma separação entre os jogos e brincadeiras infantis e adultos, em geral, estes eram praticados de forma coletiva sem que houvesse uma preocupação moral referente às crianças, já que elas estavam expostas a imoralidade da vida adulta. No século XVIII ocorrem algumas mudanças, alguns jogos e brincadeiras passaram a ser destinados unicamente às crianças, decorrente dos movimentos moralizadores e das mudanças ocorridas na doutrina religiosa.

Outro fator de destaque é a riqueza da cultura das brincadeiras e brinquedos no Brasil. Esse fato encontrasse relacionado às influências adquiridas no período colonial, que se configurou como resultado da mescla das influências europeia, africana e indígena. Esses jogos e brincadeiras eram realizados separadamente de acordo com o sexo da criança: os meninos com brincadeiras mais grosseiras, geralmente praticadas nas ruas e as meninas comumente com brincadeiras de roda e cantigas.

3. Os cuidados com as crianças na sociedade europeia (séc. XVIII) e brasileira (séc. XIX)

Por volta do século XII, não existia uma preocupação com as crianças, já que era comum a morte delas, o que possibilita indagar como essas crianças eram tratadas e quais os cuidados empreendidos. Para isso, faz-se necessário antes retomar alguns acontecimentos importantes ocorridos no século XII.

Segundo Ariès, (1981), no século XII, as crianças (meninos e meninas) das famílias ricas, eram resguardadas com suas famílias até os sete anos, após eram enviadas a outra casa, “outra família” de mesma classe social, para aprender as boas maneiras, seus tutores eram os donos da casa, a qual eram enviadas. Essas crianças eram chamadas de aprendizes e permaneciam nesses lugares por cerca de sete a nove anos, retornando as suas famílias com faixa etária entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos.

Outrossim, no fim do século XVII e começo do século XVIII, surgiu o costume de enviar os bebês para casas ou aldeias vizinhas das amas de leite. No entanto, esse costume era estritamente condenado pelos moralistas, que recomendavam que as próprias mães nutrissem seus filhos (ARIÈS, 1981). Acerca dessa atitude destaca-se que na Europa

[...] O recurso a nutrizes do campo para cuidar de crianças constituía um hábito dominante na população das cidades. As mulheres aderiam a esse hábito porque eram muito ocupadas em seu trabalho (esposas de comerciantes e de artesãos) ou porque eram suficientemente ricas para evitarem o fardo da amamentação. As aldeias das redondezas mais próximas das cidades forneciam nutrizes para os ricos, e os pobres tinham que procurá-las mais longe. Essa distância, assim como a ausência de contato entre a nutriz e os pais a não ser através de intermediários obscuros (agenciadores e agenciadoras) faziam da colocação das crianças aos cuidados de uma nutriz, a prática frequente de um abandono disfarçado ou de manobras suspeitas. As nutrizes tinham a maior dificuldade em receber pagamento, apesar das penas de prisão, atribuídas pela justiça aos pais que não cumpriam seus deveres (a tal ponto que uma das primeiras associações filantrópicas tinha como objetivo reunir fundos a fim de libertar os pais detidos por esse delito). Assim, para compensar esse risco, as nutrizes pobres se ocupavam de várias crianças ao mesmo tempo. [...] Nessas condições, a mortalidade das crianças colocadas em nutriz, era enorme: por volta de dois terços no que diz respeito às nutrizes distantes e um quarto quanto às mais próximas (DONZELOT, 1977, p.18).

Em muitos casos, os ricos tinham o benefício da exclusividade de uma nutriz, no entanto nem sempre detinham da bondade de tais. Devido a esse fato, os médicos começaram a relacionar os maus hábitos das crianças ao comportamento das nutrizes

Os maus hábitos podem ser transmitidos através da amamentação, estima também Ballexerd, 'sobretudo se, mirrada pelo trabalho, arrasada pelo cansaço, a nutriz apresenta à criança um seio fumegante de onde sai com dificuldade um leite azedo e ardido'. Para essa malignidade das nutrizes há duas razões bem simples: o interesse e o ódio. [...] (DONZELOT, 1977, p. 19, grifos do autor.).

Perante essa situação, e a fim de eliminar os malefícios provenientes das nutrizes, surge a prática de conservação das crianças junto as mães/família, de acordo com Donzelot (1977)

Conservar as crianças significará pôr fim aos malefícios da criadagem, promover novas condições de educação que, por um lado, possam fazer frente à nocividade de seus efeitos sobre as crianças que lhes são confiadas e, por outro lado, fazer com que todos os indivíduos que têm tendência a entregar seus filhos à solicitude do Estado ou à indústria mortífera das nutrizes voltem a educá-los. (DONZELOT, 1977, p. 22)

Ao final do século XVIII na Europa, como já citada anteriormente, surgem uma série de livros escritos por médicos da época, que aconselhavam a educação e os cuidados das crianças na primeira infância. Esses materiais foram direcionados às famílias burguesas (DONZELOT, 1977).

Com relação ao Brasil, muitos costumes foram agregados oriundos da miscigenação das variadas culturas que foram essenciais para a formação da população e da cultura brasileiras. Essas influências podem ser notadas também em relação aos cuidados destinados às crianças.

No século XIX, não era fácil ter uma gravidez e um parto despreocupados, tanto um como o outro poderiam levar a morte da mãe e do bebê. Em decorrência desse fato, a preocupação e os cuidados com as gestantes e com os bebês eram grandes. Apesar disso, quem realizava os partos não eram médicos e sim parteiras, as quais deveriam cuidar do bebê por até oito dias (VALDEZ, 2003).

Nesse âmbito também existiam muitas crenças relacionadas à gravidez e aos cuidados com os recém-nascidos, como por exemplo, havia um intervalo de no mínimo sete dias do nascimento até o batizado, que estava extremamente relacionado com o “mal-de-sete-dias”. Esse mal tinha relação com visitas no sétimo dia, devido a isso não se recebia visitas no curso de sete dias após o nascimento da criança (VALDEZ, 2003). Além dessa prática de proteção, existia outras como a questão de adoção de nomes de santos católicos, conforme se destaca a seguir

A prática de adotar nome de santo é mais uma das formas de obter proteção para os recém-nascidos. Escolher nome de santo para o filho é um costume católico de vários lugares e que ainda se mantém. No Brasil, o nome dos imperadores cumpria com a tradição: Dom Pedro I, nascido em 12 de outubro, era Serafim, e Dom Pedro II, Bibiano, por ter nascido no dia da Santa Virgem. Dia 2 de dezembro. Considerada como força mágica, a fórmula religiosa fazia com que a criança com nome de santo estivesse melhor protegida. Já que a invocação seria mais facilmente atendida. O hábito de retirar nomes cristãos das folhinhas – calendário em folhas – estendeu-se aos livres e escravos. (VALDEZ, 2003, p.27).

Em análise, na Europa, os pais tinham o costume de enviar seus filhos para as amas de leite ou nutrizas, que enfrentavam grandes dificuldades em receber seu pagamento. Portanto elas se ocupavam de várias crianças ao mesmo tempo a fim de garantir o seu sustento, o que prejudicava as crianças, de modo em que alguns casos os pequeninos acabavam morrendo.

A fim de eliminar esse risco da mortalidade infantil relacionado às amas de leite, surge o sentimento de conservar e proteger as crianças. Algumas famílias, mesmo com recomendações, continuaram a utilizar o recurso das nutrizas. Ao fim do século XVIII, os médicos se uniram em prol da criança e criam uma série de livros que

aconselhavam à educação e os cuidados das crianças, no entanto apenas as famílias ricas se beneficiaram dessas produções.

No Brasil, muitos costumes foram adquiridos não só do povo europeu, como dos povos africanos e dos indígenas. Tais costumes geralmente estavam relacionados ao parto ao nascimento e os cuidados com os recém nascidos, naquela época não existiam muitos médicos, nem mesmo as famílias afortunadas tinham vantagem em relação a isso, portanto a maioria dos partos eram realizados por parteiras. Os médicos na época não recomendavam tais costumes, porém em muitos casos era a única opção que as pessoas tinham.

A partir desses fatos, pode-se perceber que houve uma evolução nos cuidados com as crianças. Contudo esses cuidados não foram adquiridos tão facilmente, foi somente a partir de muita luta médica e vários conselhos, sobretudo referentes às tradições, que oprimiam as crianças e inibiam os seus desenvolvimentos.

Considerações finais

A criança é um ser social, um sujeito histórico, e como tal, é produtor de culturas. Estas passadas de geração em geração, muitas vezes por forma oral (KISHIMOTO, 1993). Através do presente estudo, foi possível compreender e analisar melhor as crianças europeias (séc. XVIII) e brasileiras (séc. XIX).

Valdez (2003), em seus estudos, demonstra que a infância no século XIX era um período curto, devido às altas taxas de mortalidade infantil e à inserção das crianças na vida adulta a partir dos 7 (sete) anos de idade.

O processo de 'adultizar' as crianças é característico da sociedade europeia até meados do século XVIII. Em virtude disso, os pequeninos eram inseridos no mundo adulto desde sua saída dos cueiros, compartilhando dos mesmos afazeres, trajés, lazer (brincadeiras, brinquedos) entre outros (ARIÈS, 1981).

Em correspondência aos cuidados com as crianças nota-se, no século XVIII, no contexto europeu, o surgimento de preocupações médicas sobre a forma como os pais criavam seus filhos, principalmente do fato de deixarem os cuidados das crianças com as chamadas nutrizes. Os médicos argumentavam que os cuidados delas não eram bons e que na maioria dos casos as crianças pegavam os hábitos ruins da criadagem. A partir disso surge uma série de livros feitos por profissionais da saúde, os quais orientavam os pais a como criarem seus filhos de forma a promover o seu desenvolvimento e a sua educação (DONZELOT, 1977).

No Brasil não foi diferente no início do século XIX, houve muitas lutas médicas em relação aos cuidados das crianças principalmente em relação às suas vestimentas, já que os pais vestiam seus filhos seguindo a moda europeia, tal hábito não era bem visto, pois se tratava de um país tropical.

A pesquisa realizada mostra duas sociedades distintas que, no entanto, tinham muito em comum. Estas evoluíram no sentido do sentimento às crianças principalmente em relação aos cuidados, e a construção de um valor sentimental e afetivo maior, o que antes apesar de existir não era muito comum e nem muito abordado. Nota-se também a importância médica sob esta valorização da criança.

Em analogia à pesquisa, podemos observar que o desfecho, de toda construção do ser social e da valorização dessas crianças, se deu ao decorrer dos séculos XVIII e XIX, de modo lento e árduo a fim de superar e eliminar tradições e costumes que geravam malefícios à sociedade infantil da época.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1981.

DI, dicionário informal. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/biloca/>
Acesso em: 19 mai. 2021.

DICIO, dicionário online de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cueiro/>
Acesso em: 16 abr. 2021.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro — RJ: GRAAL, 1977.
Disponível em: <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2017/05/donzelot-a-policia-das-familias1-1.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

FOLHA, mapa de brincar. Disponível em:
<https://mapadobrincar.folha.com.br/brincadeiras/diversas/704-finca#:~:text=Para%20a%20brincadeira%2C%20%C3%A9%20preciso,ou%20outro%20objeto%20com%20ponta.&text=Depois%2C%20eles%20t%C3%AAm%20que%20tentar,ao%20outro%2C%20formando%20uma%20linha>. Acesso em: 19 mai. 2021.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos Infantis: o jogo a criança e a educação**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

VALDEZ, Diane. **História da infância em Goiás: séculos XVIII e XIX**. Goiânia, GO: Alternativa, 2003.